



O SOCIALISTA

JORNAL DA LIGA OPERÁRIA INTERNACIONALISTA

JORNAL DA LOI

BRASIL

Nº 122 - MARÇO DE 2025

R\$5,00

[EDITORIAL]

O segundo mandato de Trump, iniciado em janeiro, é o elemento que atravessa a conjuntura e expressa a aceleração da decomposição do imperialismo. A eleição de Trump ocorreu frente à incapacidade do governo Biden de responder à crise econômica interna, que apesar de camuflada nos índices macroeconômicos, era sentida na alta inflacionária e na política monetária imposta pelo FED; mas também à crise política externa, com o acirramento dos conflitos bélicos e a correspondente ausência de uma política clara do imperialismo, capaz de controlá-los.

Trump iniciou seu segundo mandato nomeando o trilionário proprietário da Tesla e de mídias sociais, Elon Musk, como seu assessor e chefe do DOGE - Departamento de Eficiência Governamental, uma espécie de secretaria destinada a cortar “desperdícios” governamentais, ou seja, orçamentos e servidores públicos. Musk representa muito bem o caráter que assume o segundo governo Trump diante da necessidade de recuperar a hegemonia estadunidense pelo mundo: um governo a serviço do capital mundial mais concentrado. O vídeo viralizado nas redes sociais e imprensa, na qual Musk discursa em uma coletiva enquanto seu filho de quatro anos, e um nome ilegível, manda Trump calar a boca, afirmando que ele não é o presidente, é antes de um devaneio lynchiano, uma expressão da crise do

bonapartismo como forma de dominação burguesa.

A guerra tarifária é o principal eixo da política que será levada a cabo por Trump, utilizada como forma de tensionamento político para submeter outros países às suas decisões, como no caso da situação com os deportados colombianos em queda de braço com Gustavo Petro e na relação com os governos do México e Canadá para aumentarem o contingente militar nas fronteiras com os EUA, com a justificativa de impedir a entrada de fentanil. Contudo, para além de um instrumento de coerção, a guerra tarifária de Trump é uma clara política que busca recuperar a hegemonia econômica ianque no mundo, frente ao avanço da China, na tentativa de traçar uma saída para a decomposição do imperialismo.

O objetivo de Trump ao impor uma série de tarifas sobre bens importados nos EUA é tentar reduzir a sua demanda, diminuindo o déficit comercial com outros países e forçando o investimento e a produção interna. Ou seja, uma política que pretende aumentar a produtividade estadunidense, buscando enfrentar e disciplinar a China em seu processo de assimilação. Além disso, com a suposta redução do déficit comercial e o aumento da produção interna (com o consequente aumento de emprego e renda) o governo Trump teria maior margem para reduzir o imposto de renda e, principalmente, os impostos corporativos. Na prática, contudo, a política tarifária de Trump afetará mais de US\$1

EDITORIAL Pág. 1.

ORIENTE MÉDIO - CESSAR FOGO EM GAZA:
POR UMA SAÍDA REVOLUCIONÁRIA. **PÁG. 3**

ARGENTINA
O GOLPE DOS ETERNOS GOLPISTAS. **PÁG. 5**

BRASIL
EXPLODE A INFLAÇÃO NO BRASIL. **PÁG. 8**

EDUCACIONAL
EDUCAÇÃO: A FRONTEIRA DERRADEIRA PARA A PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. **PÁG. 11**

TRQI
POR UMA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL. **PÁG. 6**

- CAMPANHA FINANCEIRA -
CONTRIBUA COM A LOI

PIX - loioposicaodeluta@gmail.com

CONTATO: loioposicaodeluta@gmail.com.br

trilhão em comércio, implicando em 43% de todas as importações realizadas. A perspectiva é que a política de taxaço exerce pressão sobre a inflação, com o aumento dos preços domésticos. Ainda que o dólar valorizado seja um fator de compensação, a previsão é que a taxa de inflação deve subir acima dos 3% neste ano. Ou seja, os cortes de impostos irão beneficiar os empresários e rentistas, enquanto a alta inflacionária pesará muito mais nos bolsos dos trabalhadores. Além disso, é de se esperar que a política tarifária imposta seja respondida pelos países que são parceiros comerciais com contramedidas tarifárias, potencializando a guerra comercial e as disputas por mercados, acirrando, portanto, a escalada bélica global.

A aposta de Trump é arriscada, no sentido de que os EUA não são uma economia emergente, com um setor industrial em desenvolvimento que se beneficiaria de uma política protecionista. Pelo contrário, o protecionismo, como política do imperialismo, é sinal de sua decadência e não de sua expansão. O crescimento norte-americano, no último período, tem sido puxado pelo setor de empresas de comunicação e gigantes das tecnologias e pelo setor bancário que tem lucrado com a alta dos juros, e não pelo setor produtivo, cuja taxa de lucratividade está em declínio. Em 2024, as falências corporativas atingiram o nível mais alto desde a crise financeira global e a alta de juros que a acompanhou em 2010. Por isso, o imperialismo americano precisa buscar vantagem em tecnologia, e aposta na Inteligência Artificial para aumentar a produtividade e, em consequência, a taxa de lucros; algo que o aumento de tarifas sobre bens, por si, não conseguirá garantir.

Nesta perspectiva, a questão energética é central para o governo Trump. Apenas em relação à Inteligência Artificial, a porcentagem de demanda energética na relação com a produção total de eletricidade está dobrando e a perspectiva é que, em 2026, o consumo de energia somente dos data centers estadunidenses seja equivalente ao consumo de energia do Japão. Além disso, Trump precisa garantir que os preços de energia não impactem ainda mais na inflação doméstica e, principalmente, sobre os custos de investimento produtivo. Assim, sua política é voltada tanto para o aumento da produção de energia interna, a partir da desregulamentação da exploração e implantação de usinas, como no controle de preços de energia no âmbito da política externa. No Oriente Médio, o governo Trump busca retomar os "Acordos de Abraão" para alinhar a Arábia Saudita e disciplinar a região sob o enclave de Israel, inclusive com a proposta de assumir o controle da Faixa de Gaza. Na Europa, as negociações mediadas pelo imperialismo pelo fim da guerra na Ucrânia buscam, unicamente, um acordo de paz que favoreça os EUA. Por isso, Trump estuda retomar acordos bilaterais com a Rússia, buscando controlar os preços do petróleo e pretende garantir, com as negociações sobre os territórios ucranianos sob domínio da invasão russa, o acesso norte-americano às terras raras e as melhores vantagens de exploração dos minérios necessários à expansão da produção

tecnológica. Dessa forma, Trump dispensou os demais países europeus (e a própria OTAN), assim como Zelenski das negociações de um acordo de paz, deixando claro que são os EUA quem definirão os rumos da Ucrânia.

Ainda que alguns especialistas afirmem que a China seja pouco afetada pela guerra comercial de Trump, por conta do "projetamento" de sua base monetária e fiscal, mantendo massivos investimentos tanto pela necessidade de geração de emprego, como na busca pela autonomia na infraestrutura dos semicondutores e desenvolvimento da Inteligência Artificial, a tendência apresentada é o aumento da instabilidade no comércio global, prejudicando ainda mais os países semicoloniais nesta correlação de forças; mesmo aqueles que, como o Brasil, possuem relações comerciais fortes com a China, pois com a contração do comércio global, reduz-se a demanda por commodities e a política monetária se torna ainda mais refém dos interesses imperialistas.

O segundo mandato de Trump também acelera as tendências bélicas do último período. O protecionismo, a guerra comercial e as disputas por mercados elevam os gastos com defesa e a corrida armamentista entre os países. Trump aposta no avanço da militarização do espaço (ainda que seu assessor Musk demita 350 engenheiros nucleares especializados em ogivas e depois tenha que recontratá-los) com construção do Domo de Ferro, obrigando que China e Rússia tenham que priorizar planos de defesa baseados no espaço. Na Europa, o fim da guerra na Ucrânia nos termos que estão sendo negociados por Putin e Trump também intensificou os discursos armamentistas na Alemanha e na França.

A tarefa histórica de enfrentamento ao imperialismo em seu período de decomposição, que cada vez arrasta maiores contingentes para a barbárie, só pode ser concretizada pela classe trabalhadora organizada. O proletariado norte-americano tem o potencial de enfrentar a política imperialista em seu próprio Estado, atingindo a sua base de sustentação que é a produção. Os proletariados russo e chinês tem a tarefa de enfrentar seus governos restauracionistas e frear o processo de assimilação em curso, cujo avanço acirra as tendências bélicas globais. É preciso, portanto, superar a crise histórica de direção revolucionária que se apresenta, cada vez mais intensamente, como a crise da humanidade.

Reforçamos o chamado para uma Conferência Internacional entre as correntes que reivindicam a ditadura revolucionária do proletariado como forma de avançar na reconstrução da IV Internacional e dotar os processos de luta de um direcionamento revolucionário que enfrente as tendências bélicas do imperialismo em sua decadência e os processos de restauração capitalista nos ex-Estados operários.



CESSAR FOGO EM GAZA: POR UMA SAÍDA REVOLUCIONÁRIA

Em 19 de janeiro foi declarado o cessar-fogo entre Israel e Hamas, anunciando uma esperada pausa no genocídio do povo palestino, cometido em Gaza pelo enclave sionista de Israel. A frágil trégua - visto que mesmo com o acordo de paz, ataques contra os palestinos persistiram por parte dos sionistas - foi estratégica: serve como forma do governo de Netanyahu diminuir sua crise política, ganhando certa popularidade trazendo os reféns de volta, assim como os mortos israelenses que porventura estivessem sob o controle do Hamas, feito isso, podendo passar a solução final.

Agora com terra arrasada, seguem os embates sobre quem administrará os espólios da empreitada israelense em Gaza, visando principalmente não os escombros que se acumulam por toda a Gaza ocupada, mas sim o que está abaixo do solo. O governo Netanyahu já se posicionou contra a transferência do controle da região para a Autoridade Palestina, enquanto o presidente dos EUA, Donald Trump, defendeu o controle estadunidense na região, construindo o que ele mesmo chamou de “Riviera do Oriente Médio”, com a retirada forçada dos sobreviventes palestinos para o Egito e para a Jordânia, acendendo um sinal de alerta para os governos desses dois países, que dependem da ajuda econômica estadunidense, mas temem os efeitos da migração palestina em massa que pode se suceder.

As burguesias árabes, a despeito do posicionamento geral da classe trabalhadora nesses Estados, sempre tiveram um posicionamento ambíguo quanto a causa palestina, por vezes de forma oportunista se colam nos anseios pró-palestinos de sua população, mas na prática, contribuem para o aumento do isolamento e do cerco palestinos pelo enclave sionista. Os Acordos de Abraão, que objetivam a normalização das relações entre as nações

árabes e o enclave israelense, são na atualidade talvez o principal símbolo da traição das burguesias árabes para com o povo palestino.

Essa normalização de relações entre as nações árabes e Israel, foi arquitetada por Trump em seu primeiro mandato e, como visto, tem relação direta com o genocídio ocorrido nos últimos 15 meses. O ataque do Hamas freou os debates sobre novos acordos, que chegam a Arábia Saudita, e com o cessar-fogo, já se debate novamente sobre o retorno das negociações.

Tanto Trump quanto Netanyahu querem o controle com mão de ferro sobre a faixa de Gaza, menos por receio de um retorno do Hamas e mais pelas questões econômicas que envolvem o controle da região. O “Corredor Econômico Índia-Oriente Médio-Europa”, é uma proposta sionista-estadunidense de corredor econômico que se contraponha a iniciativa chinesa do “Novo Cinturão e Rota”, ou “Nova Rota da Seda”, onde a China avança sua influência econômica com grandes investimentos em infraestrutura em diversos países, espalhados por 4 continentes. Ter o controle sobre Gaza é de suma importância para essa iniciativa sionista-estadunidense, visto que se situa no ponto de convergência entre Ásia, África e Europa, tendo amplo acesso ao mar Mediterrâneo.

Também já é de conhecimento público o enorme potencial de produção de energia do território de Gaza, cuja estimativa inicial é de consideráveis 122 trilhões de metros cúbicos de gás e 1,7 bilhão de barris de petróleo recuperável, segundo dado publicado em 2019 pela UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), sendo que em dados atualizados, a estimativa é que a quantidade de gás natural e de petróleo supere as reservas de Rússia e Venezuela, respectiva-

mente as maiores reservas destas fontes energéticas.

Isto posto, temos a Palestina tragada por uma disputa interestadual onde as potências imperialistas buscam recuperar e fortalecer sua hegemonia em um período de decadência do imperialismo e dos Estados. O imperialismo se empenha na tarefa de disciplinar os ex-Estados Operários em processo de assimilação e para isso necessita de fontes de energia e matéria-prima, e em recuperar a influência sobre os territórios onde tem perdido força principalmente em concorrência com a China.

Nesse cenário de decomposição, onde os Estados burgueses cumprem de forma mais acintosa seu papel de gerenciamento dos negócios da burguesia, a política amplamente defendida por agentes políticos de todo o espectro político, acerca da necessidade da criação de um Estado palestino, se mostra atrasada e demagógica. A criação de um Estado palestino que não seja na perspectiva de um Estado operário, sob o controle dos trabalhadores, significa a submissão direta ao imperialismo e sua burguesia ávida pelo lucro.

Foi empunhando essa bandeira rasa que reformistas e centristas comemoraram efusivamente o estratégico cessar-fogo alinhado pelo imperialismo. Ao redor do mundo organizaram marchas, passeatas, abaixo-assinados e notas de repúdio, mas em nenhum momento propuseram ação direta a partir das bases, não lançaram mão das organizações sindicais que dirigem. Vociferam

pelo internacionalismo enquanto não levantavam greve alguma em fábricas ou nos portos responsáveis pelo transporte dos armamentos para o enclave sionista. A frente Palestina no Brasil, por exemplo, se tornou uma promotora de atos festivos e policlassistas, onde qualquer política levantada que não seja a da criação do Estado burguês palestino, é censurada.

É esse o quadro que se apresenta no Oriente Médio, é preciso levantar a luta internacionalista, a política de frentes deve ser trocada por uma política que interfira nas bases econômicas, deve ser encampada nos sindicatos, com nossos métodos históricos.

Aqui, retomamos a declaração da TRQI sobre Gaza: “O proletariado tem a capacidade de enfrentar o capitalismo na sua base, impondo a paralisação da produção e seu controle para deixar a burguesia no ar e detonar os alicerces de seus Estados...” “...Lutando pela destruição de Israel, a entidade de ocupação sionista no Oriente Médio, e contra todos os governos burgueses da região (árabe, turco e iraniano) cúmplices do massacre do povo palestino, lutando pela Federação das Repúblicas Socialistas do Oriente Médio como forma política da ditadura do proletariado. Para realizar todas essas enormes tarefas que temos pela frente, é necessário abordar a tarefa de resolver a crise da direção revolucionária do proletariado que se mostra, mais uma vez, ser a crise da humanidade.





[ARGENTINA]

A Argentina tem sido notícia mundial por um mega golpe com criptomoeda, encorajado pelo presidente da nação. Em 14 de fevereiro recomendou investir na *meme coin* \$Libra, mas em poucas horas esta moeda fictícia colapsou e deixou milhares de investidores enganados e uns poucos recolhendo os lucros da sua banca. Em meio ao escândalo, Milei começou um giro pelos EUA para tratar de fechar um acordo com o FMI, já que as contas da economia não fecham.

Este episódio gerou uma crise política muito importante, na qual as instituições do regime e seus partidos tiveram que resgatar esse governo, já que neste momento não há substituto burguês e a política de ajuste tem consenso dos patrões internacionais e nacionais. Mas se a crise continuar se desenvolvendo é provável que se estabeleça outra relação com as massas e entrem em contradição as ilusões que um setor depositou nesta “nova casta”, que mostrou não ser muito diferente das anteriores.

Este caso mostra com enorme nitidez nua e crua a decadência e decomposição de um sistema capitalista e seus agentes de negócios como o presidente Milei. O capitalismo em sua decadência tenta criar mecanismos de valorização de capital e só consegue apostar no sistema financeiro e especulativo a mais valia arrancada dos trabalhadores de forma parasitária e decomposta.

É evidente que temos que expulsar Milei, enfrentar o imperialismo e a todos os partidos do regime que reivindicam este sistema como o PJ, a UCR, o PRO, a coalizão cívica (e todas suas variantes renovadas em novas coalizões). Todos estes setores estão debatendo se deve se fazer uma desvalorização ou se continua com a aposta do *carry trade*, quer dizer, lutam para ver quem se beneficia com a crise. Mas, no que se tem acordo é em quem deve pagá-la: os trabalhadores e o povo em geral.

Tirar o governo burguês implica que nós trabalhadores temos que governar, que somos os únicos que criamos valor

que é expropriado para que subsista uma classe reacionária como a burguesia, que além disso sustenta artificialmente uma grande parte da pequena burguesia e suas formas de dominação como o Estado burguês. Não vamos tirá-lo com juízos políticos ou interpelações no Congresso (como defendem os partidos que está na FIT-U argentina), senão com os métodos da classe, que não tem nada a ver com as instituições burguesas. Desde que esse governo assumiu aconteceram diferentes movimentos de luta contra Milei, mas para arrancar sua podridão pela raiz não se consegue só com a luta nas ruas. A classe operária é a única classe que pode mostrar uma saída revolucionária expropriando a burguesia. Temos que nos preparar nas estruturas operárias abrindo debates em assembléias para impulsionar uma saída operária de independência de classe fugindo das frentes policlassistas “anti-Milei”.

Depois do *criptogate*, os aposentados, os trabalhadores estatais e industriais retomaram a luta com mais força sendo conscientes da crise política aberta. Temos que tentar intervir nesta crise com independência de classe e realizar luta política contra as mediações que querem levar todo ao cenário eleitoral e sustentar o governo de Milei e o regime podre desta semicolônia.

Defendemos nos lugares de trabalho impulsionar um Congresso de delegados de base com mandato para expulsar a burocracia sindical de nossas fileiras e preparar uma greve geral para que triunfem todas as lutas em curso. Lutemos para criar as condições revolucionárias para que irrompa o movimento operário industrial, que está sendo atacado neste momento, mostrando-se como direção revolucionária e direção de todos os oprimidos. Temos que impulsionar a irrupção de nossa classe para que se desenvolva uma vanguarda que tome como tarefa a construção do partido revolucionário, como seção da IV Internacional reconstruída.



[EDUCACIONAL]

EDUCAÇÃO: A FRONTEIRA DERRADEIRA PARA A PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Com o ano letivo de 2025 recém iniciado, encontramos processos de luta abertos nas redes públicas de ensino por todo o Brasil. Trabalhadores da educação do Rio Grande do Norte, Piauí, Florianópolis (SC), Lucas do Rio Verde (MT), Mossoró (CE) e São Gonçalo (RJ) estão em luta pela manutenção de direitos, condições de trabalho e valorização salarial. Sem esquecer dos trabalhadores da educação do Pará que, em unidade com os indígenas, conquistaram importante vitória em sua greve já no início de fevereiro, fazendo o governo recuar de uma reforma educacional que atacava o funcionalismo e a educação indígena. Na cidade de São Paulo, apesar do atraso, da morosidade e do imobilismo das direções sindicais, a categoria se prepara para também entrar em importante processo de luta nesse mês de março.

Todos esses processos, de norte a sul do Brasil, são reflexo de uma política sistemática de desvalorização dos trabalhadores da educação, sucateamento e descredibilização deste serviço, uma das fronteiras derradeiras do avanço das políticas privatistas no setor público. A tendência que se escancara agora é o avanço do privatismo sobre a educação pública, transformando-a num mecanismo de perpetuação das desigualdades e produção de mão de obra barata.

Como pretexto para esse avanço, estão os malfadados *Índices de Desempenho*: as métricas desenvolvidas e constantemente “aperfeiçoadas” pelos governos, que se consolidaram sob o “nobre” pretexto de aferir a qualidade do ensino nas unidades escolares. Todos esses índices, a nível municipal, estadual e federal, são medidos através das *Avaliações de Desempenho*, sempre em forma de provas com múltiplas questões e com uma ou outra avaliação exigindo também uma produção de texto.

A lógica aqui é simples, através da criação de um currículo comum (BNCC, Currículo da Cidade), o Estado determina o que é desejado que os estudantes aprendam, a partir daí implanta-se a Avaliação de Desempenho que irá medir se o conteúdo disposto no currículo comum foi aprendido pelos estudantes das escolas de todo o município, estado ou do país. A princípio, uma aparente boa intenção de se identificar os locais e regiões onde o ensino esteja mais precarizado e a partir daí se propor políticas públicas visando melhorar o ensino desses lugares. Um olhar mais acurado, porém, permite identificar que essa “boa intenção” se esvai rapidamente.

As políticas educacionais estão atreladas diretamente a um Estado

de caráter burguês, sendo assim, invariavelmente sua elaboração e implementação estarão atrelados aos interesses burgueses, e sendo uma semicolônia como o Brasil, subordinada também ao imperialismo. No período em que vivemos, de crises, guerras e revoluções, onde o capital precisa expandir suas fronteiras, aumentar a produtividade e cuidar para que movimentos de resistência não criem corpo, a educação pública toma um lugar central em todos esses pontos, seja por ser um território ainda não totalmente entregue às instituições privadas, seja pela formação ideológica dos estudantes.

Em tempos de perdas de direitos trabalhistas, previdenciários, salariais e mesmo redução de empregos formais, o projeto burguês é de uma educação que prepare o estudante para esse cenário no futuro, que estejam prontos para garantir a produtividade, o lucro e a competitividade, e que tenham disciplina, retornando a ideais antigos de escola, família e sociedade, assim como também prepare-o para o “empreendedorismo”, em outras palavras, aceitar qualquer subtrabalho mal remunerado e muito precarizado, porém com a “liberdade” de poder escolher estar naquela condição.

São as avaliações feitas a partir do currículo único que abrem as portas e janelas para essa ideologia mercantilista invadir a educação pública. Como já dito, a justificativa de avaliar para melhorar a aprendizagem fornece a ilusão de uma política pública comprometida com a educação da classe trabalhadora, medindo as escolas com critérios objetivos e possibilitando que as escolas analisem os resultados e estabeleçam metas para avançar. Porém, de fato, tornam-se mecanismos de controle, coesão e segregação, posto que os resultados jamais serão objetivos, devido a segregação de recursos e a desigualdade de classes existente.

Ora - afirmam os disseminadores da ideologia burguesa - se as escolas não alcançam os índices desejados, é porque “o serviço público é de péssima qualidade”, ou devido a “má formação dos professores, doutrinadores, esquerdistas/comunistas”, e toda sorte de argumentos que desabonem a escola pública e seus trabalhadores, para justificar uma intervenção externa, obviamente privada, ou militar, ou as duas ao mesmo tempo. Vide o caso de São Paulo, onde o governo de Ricardo Nunes (MDB) inicia o ano impondo ataques aos

salários de professores readaptados e dos licenciados, e a implantação da gestão privada nas 50 unidades de ensino da cidade pior ranqueadas pelas avaliações externas, assim como o estabelecimento de um policial metropolitano (antiga GCM) nas escolas consideradas, por critério não esclarecido pelo governo, como mais vulneráveis.

Essas políticas tiveram origem no seio do imperialismo estadunidense na década de 1980, acompanhada de toda uma aparência meritocrática e de liberdade, com os alunos com melhor desempenho nos testes tendo direito a vouchers para estudar nas escolas particulares e até com uma suposta liberdade de escolha de disciplinas ou mesmo da modalidade de estudo. Agora ganha força no Brasil, tendo o estado de São Paulo e seu capital buscado aprofundar a privatização com afinco; o início, contudo, dessa política em terras brasileiras data do final do século passado, na cidade de Sobral (CE).

Em uma região historicamente controlada pela família Ferreira Gomes, Sobral é uma cidade média do interior do Ceará, que ao final da década de 1990 apresentava índices alarmantes de analfabetismo. Quando Cid Gomes (PSB) assumiu a prefeitura, aumentou o investimento público em educação acima do limite exigido pelo Ministério da Educação. Com a instituição do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) em 2007 pelo então ministro da educação, Fernando Haddad (PT), a política educacional do município voltou-se para a realização dessa prova. Em forte parceria com a Fundação Lemann na formação de gestores e educadores, o currículo da cidade foi revisado para atender os critérios do índice nacional e a partir daí, nos anos subsequentes, a nota da cidade no IDEB disparou progressivamente, tornando-se objeto de estudo em diversos lugares - a tese defendida em Harvard pela atual deputada Tabata Amaral (PSB), financiada pela Fundação Lemann, disserta exatamente sobre o “sucesso” das políticas de educação em Sobral.

O que é apontado pelos trabalhadores da educação de Sobral e por estudiosos independentes sobre o tema, é que todo o sistema educacional da cidade estruturou-se em torno das avaliações externas, focando apenas nas habilidades exigidas pelos testes, quase abandonando outras áreas do conhecimento, com os estudantes oriundos desse sistema apresentando diversas e importantes defasagens nas áreas de conhecimento não testadas pelas provas quando se dirigem para o mercado de trabalho, ou mesmo na universidade.

Nesse primeiro exemplo aparentemente bem-sucedido, encontramos todos os elementos políticos e ideológicos utilizados para justificar a terceirização e privatização no ensino público: a ineficiência do público, a incompetência dos professores, a lógica meritocrática empresarial como métrica para a qualidade do ensino e consequentemente para a sua gestão.

Os governantes de turno em São Paulo aprenderam bem a lição com seus colegas nordestinos. A política já apontada anterior-

mente, levada a cabo pelo prefeito Ricardo Nunes em São Paulo, não é novidade nenhuma para os educadores e estudantes do mesmo estado. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), impõe de forma acelerada o processo iniciado nos governos anteriores - incluindo nos 13 anos em que o atual vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) governou o estado - esmagando a autonomia e a liberdade de cátedra nas escolas estaduais, implantando plataformas digitais privadas responsáveis desde o controle de presença, até o conteúdo e a forma como os conteúdos são ministrados. São milhões de reais em dinheiro público transferidos diretamente para o empresariado. Como justificativa, novamente temos aqueles mesmos pretextos ideológicos: ineficiência do público, má formação dos professores.

Os exemplos apresentados mostram que essas políticas não são fruto de algumas gestões ou partidos burgueses com orientações ideológicas determinadas, são políticas do Estado burguês sob qualquer administração; é o projeto que a burguesia tem para o serviço público, e agora a educação com seus gordos orçamentos é a bola da vez. Os governos supostamente à esquerda elaboram e implementam o currículo geral e sua avaliação, enquanto aqueles à direita se encarregam de, a partir disso, destruir direitos, salários e condições de trabalho, aumentar a segregação de classes através das escolas e garantir a manutenção dos lucros da burguesia.

As direções burocratizadas das centrais, assim como dos sindicatos, têm papel central nessa política, atuando como braço dos governos, barrando a luta organizada, não convocando assembleias, não respeitando a democracia operária, cada vez mais arrastando os trabalhadores para as ilusões das instituições burguesas como o parlamento e o judiciário e afastando os trabalhadores de seus métodos. Cumprem uma traição histórica, defendem avaliações externas e os currículos únicos acriticamente como políticas neutras e silenciam os debates.

Essa luta também passa por barrar as privatizações e as terceirizações dentro das escolas, defendendo a incorporação imediata dos trabalhadores terceirizados nas unidades, esses que são os mais precarizados e pior remunerados dentro das escolas. Nenhum trabalhador deve ser abandonado nessa luta, sejam contratados ou terceirizados. É dessa forma que a classe trabalhadora se fortalece, é dessa forma que vamos superar a ideologia privatista, empreendedora e conservadora que vem sendo empurrada garganta abaixo dos trabalhadores e estudantes.

É imprescindível a atuação dentro das estruturas de organização dos trabalhadores da educação, organizando oposições revolucionárias que enfrentem diretamente as burocracias pelegas para levantar a luta pela derrubada das avaliações e pela construção de um currículo pelos trabalhadores, que respeite todo o conhecimento científico historicamente adquirido e que alcance as especificidades de cada região, cada comunidade e cada estudante. Tarefa que só pode ser realizada no enfrentamento e na derrubada do estado burguês!



EXPLODE A INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS.

É PRECISO ROMPER COM IMOBILISMO DAS CENTRAIS E CONSTRUIR A GREVE GERAL!

[NACIONAL]

O período está marcado pela guerra econômica do governo Trump e a adesão a uma linha dura de barganhas via taxações para recuperação da hegemonia imperialista, no entanto, as tendências abertas pelos conflitos bélicos em curso, pelo processo de assimilação de Rússia e China, pela deterioração do equilíbrio instável do capitalismo no pós-guerra, seguirão ampliando a instabilidade dos governos, seja no imperialismo ou nas semicolônias. A política econômica do MAGA (*Make America Great Again*) amplia a tendência da dinâmica de valorização do dólar e da alta inflacionária nas economias em todo mundo. Trump anunciou tarifas de 25% sobre o aço e o alumínio brasileiros. Somando elementos internos a isso, a inflação dos alimentos no Brasil retoma sua curva ascendente. A Frente Ampla se vê nas cordas, cada vez mais nas mãos do centro e da pressão do “mercado”. Desde a aprovação do pacote de gastos e o impacto dos cortes em vários programas e benefícios sociais, tanto a oposição, quanto a “Faria Lima” tentam disciplinar a agenda do governo, exponenciando sua incapacidade de responder ao aprofundamento da crise econômica e social.

Desde aí, o debate acerca do orçamento se tornou central, a bola da vez está por conta da votação da Lei Orçamentária de 2025, e toda a barganha dos parlamentares pela manutenção das emendas. Tramita desde o ano passado e ainda não foi votada, o que pode impactar desde o financiamento dos programas

sociais, até do Plano Safra, plano de empréstimos ao setor do agronegócio, que vai financiar a safra futura. Questão que ganha relevância, pelo impacto político da produção do setor para a alta inflacionária dos alimentos, que bate a marca anualizada de 8,75%, tendo as carnes, o café, o açúcar, o leite, ovos e frutas com as maiores altas.

A inflação dos alimentos está acima da inflação geral. Desde o início da pandemia, os preços dos alimentos acumularam uma alta de mais de 55%, enquanto a inflação geral foi de 33,4% no mesmo período. A inflação dos alimentos tem um impacto central na renda dos trabalhadores, especialmente para aqueles de baixa renda. Em 2024, esses preços subiram consideravelmente, representando uma fatia maior do orçamento familiar. Hoje, para famílias que ganham entre 1 e 1,5 salário-mínimo, os alimentos representam cerca de 23% da renda. Esse aumento corroeu o orçamento dessas famílias, reduzindo seu poder de compra e precarizando as condições objetivas de vida da classe trabalhadora. O governo argumenta que a safra recorde mudará o cenário, mas o fato é que a produção do setor agro hoje está nas mãos do capital monopolista, que produz para atender centralmente a demanda do mercado externo e não para suprir a fome.

Ano passado, o endividamento das famílias brasileiras atingiu níveis preocupantes. Cerca de 77% das famílias estavam endividadas. Entre as famílias de menor renda o endividamento foi ainda maior, chegando a 81,1%. O comprometimento das dívidas

na renda chega a 30% do orçamento familiar, somado ao impacto de 23% da inflação dos alimentos. Isso é uma amostra que revela o aprofundamento da crise social, que arrasta a classe trabalhadora à barbárie, crescimento de famílias vivendo em favelas e em situação de rua.

A alta dos alimentos estancou o curso da queda de juros que o BC implementou no último ano. Já final do período, houve a retomada da elevação, indicando a previsão recorde da taxa SELIC de 15% em 2025. Pressionando a dívida pública e o investimento no setor produtivo. Situação que impacta no desemprego, e eleva a taxa para 6,5% em janeiro. Essa situação pôs por terra todo o alarde que o governo fez com o crescimento de 3,5% em 2024.

Frente a essa conjuntura, há algumas semanas, foram divulgadas na mídia burguesa pesquisas de opinião que revelaram uma ampla desidratação da popularidade do governo e, principalmente de Lula, que atingiu a pior avaliação entre seus três mandatos. Isso antecipa o debate eleitoral de 2026, e está cada vez mais claro que é a dinâmica dessa eleição que determinará os rumos políticos do país nos próximos períodos. As disputas interburguesas tornam-se cada vez mais escancaradas. A crise entre os poderes, mesmo com a eleição de Alcolumbre (União Brasil) e Hugo Mota (Republicanos), ambos apoiados por Lula e pelo PT, não tende a se arrefecer, sobretudo, com as investigações do STF sobre o destino das emendas parlamentares, que chegaram às cifras de 31 bilhões de reais em 2024, e sobre o bolsonarismo, que tenta avançar no congresso com a pauta da anistia de todos os presos nos ataques de 08 de janeiro, na esteira do que ocorreu nos EUA. O fato, é que o sistema político erigido para sustentar o regime democrático burguês se revela débil e em crise e não responde às demandas concretas, os partidos não se orientam em torno de uma base social, o que o sustentam são bases eleitorais distantes da luta de classes, pulverizados nas bolhas ideológica das redes das Bigtechs.

O governo burguês de Lula/Alckmin perde fôlego frente ao poder especulativo do dito “mercado” e sua pressão pela redução do Estado a título de maior eficiência e solvência. Contudo, é importante considerarmos que somente no ano passado, o Estado perdeu aproximadamente 500 bilhões de reais com subsídios e desonerações às empresas e 1 trilhão foram pagos só de juros da dívida. Somente as desonerações equivalem a três vezes o orçamento previsto para o Bolsa-Família em 2025, 45 vezes o orçamento do Pé-de-Meia em 2024, 11 vezes o orçamento do Ministério da Saúde no mesmo período, mais da metade do previsto para o orçamento da Previdência em 2025.

Todavia, a estratégia de fechar as metas fiscais pela ampliação da receita (PEC das Blusinhas, Regulamentação das Bets) não se consolidou e a ordem é cortar gastos e avançar com reformas. Desta forma, a deterioração da política de apelo social contribui ainda mais para uma conjuntura de acirramento da luta de classes. Essa insatisfação, demonstrada superestruturalmente em pesquisas de opinião com puro viés eleitoral, não se sustenta a um olhar minimamente crítico e expressam a concretude desse acirramento. Esse é o ponto que deve ser posto em debate, frente ao acirramento da luta de classe, os processos eleitorais são um catalisador de derrotas e expressam o declínio da demo-

cracia burguesa, ampliando a tendência de governos cada vez mais débeis e instáveis nos bonapartismos *sui generis*.

O alarde em torno dos índices macroeconômicos positivos, crescimento e desemprego, não ancorados em aportes de investimentos na produção reforçam o quão esses dados são conjunturais. A crise do setor industrial e a baixa produtividade tornam esses índices irrelevantes, não repercutindo na realidade, que se sintetiza pelo avanço da miséria, dos ataques aos direitos e à condição de vida dos trabalhadores, revelando qual é o real papel da Frente Ampla Burguesa Lula/Alckmin. Isso realça a submissão da Frente Ampla aos ditames do imperialismo e seus organismos internacionais, que mesmo em declínio, continuam impondo reformas e ajustes, os quais vêm sendo aplicados com afinco pelos governos de turno em todo o país.

Frente a essa conjuntura, os trabalhadores não deixaram de lutar, mas apesar das muitas greves no setor público e privado em 2024, encontram-se desmobilizados para uma resposta necessária ao governo. O fato é que as direções políticas da classe lançam-se em revisionismos de toda espécie e encontram-se em total adaptação ao regime. Para esses setores a luta de classe se dá nos marcos das instituições burguesas, o parlamento e o judiciário. Se isso bastasse, o movimento organizado precisa ainda lidar com a política movimentistas do centrismo, com atos burocratizados e isolados, atrelado às pautas parlamentares e ao calendário eleitoral. Utilizam-se dessa tática para a propaganda via redes sociais das ditas pautas identitárias e reivindicações nos marcos estatistas. O principal exemplo em curso, são as mobilizações contra a escala 6x1, que desde novembro do ano passado, ganha força superando as bolhas da internet, sendo impulsionada pela deputada Erika Hilton (PSOL), que apresentou projeto de lei na câmara dos deputados, alegou que o trabalhador se torna improdutivo numa jornada tão extensa e extenuante, não restando-lhe tempo para seu aperfeiçoamento profissional, ao invés de colocar a discussão sobre o seguinte termo, que o trabalhador fosse dispensado sem abrir mão de sua remuneração no seu horário de trabalho. Desde então, o reformismo e centrismo tem dado peso à pauta, mas sem organizar e mobilizar os trabalhadores na sua base sindical (CUT, CGT, Intersindical e a CSP-Conlutas), simplesmente se movimentam na superestrutura descolados da base dos trabalhadores, que não foram colocados em cena.

A discussão posta com a proposta da deputada psolista se dá de forma rebaixada, localizada nos marcos do parlamento burguês e acompanhando as próprias políticas de flexibilização do patronato. O que está implícito no bojo dessa medida são: a redução de jornada com a redução de salário, lay-off, banco de horas e o arrocho salarial. As escalas de trabalho sofrem alterações ou mudanças de ritmo e tempo de acordo com as necessidades e interesses dos capitalistas, cujo processo produtivo já emprega inúmeras jornadas de trabalho na perspectiva da divisão social do trabalho. Essas escalas são negociadas nas mesas dos burocratas sindicais, que estão há tempos afastados dos locais de trabalho e colados ao Estado, conciliando-se com patrões, enquanto atuam como muro de contenção da luta de classes.

Nesse contexto, às direções políticas e sindicais se impõe a tarefa de construção de um movimento pela em defesa da ESCALA

MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO - em que todo o trabalho disponível, deve ser distribuído entre toda a força de trabalho disponível, sem qualquer redução salarial. Nenhum trabalhador sem trabalho, essa deve ser a bandeira de luta colocada no mastro das reivindicações transitórias dos trabalhadores em luta, e essa deve se erguer não através das instituições da burguesia como o parlamento e o judiciário, mas através de nossos métodos históricos de luta.

A renúncia do caráter de classe do Estado e a defesa da democracia burguesa, pelo reformismo e pelo centrismo, tornou-se na mola propulsora do imobilismo e das derrotas. É dessa forma que as burocracias das centrais (CUT, CONLUTAS, INTERSINDICAL E CTB) e seus sindicatos conduzem as lutas dos trabalhadores. A tarefa é blindar a Frente Ampla, por isso, mantém-se recuadas enquanto os governos de turno avançam com as reformas e as privatizações. Desde o fim das eleições municipais, prefeitos e governadores promoveram uma enxurrada de medidas de destruição de direitos, das condições de trabalho e privatizantes, sobretudo na educação, que de conjunto perfazem na prática uma Reforma Administrativa sem precedentes. Diante desse cenário, é fundamental a defesa da independência de classe como elemento central para a construção de políticas e definição de ações dos trabalhadores.

É preciso, portanto, romper com o imobilismo das burocracias sindicais e o movimentismo centrista atrelados à dinâmica parlamentar e ao calendário eleitoral. É fundamental levantar em cada sindicato e organização estudantil a necessidade de realização de assembleias que exijam das centrais sindicais a realização de um congresso de delegados eleitos pela base para a construção de um plano operário de saída da crise por meio da construção da Greve Geral para o enfrentamento contra os governos e patrões.

Para nós, trabalhadores, não há atalho pela “gestão” do estado burguês. Queremos destruí-lo! Para isso, é urgente batalhar pela recuperação dos nossos sindicatos e centrais das mãos da burocracia e, internamente, lutar contra a adaptação do centrismo ao estado burguês. Para nós, trabalhadores, a política não pode ser a defesa da democracia burguesa, mas a construção do Partido Revolucionário, sob a IV Internacional, que coloque em marcha o programa transicional à ditadura do proletariado.





POR UMA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL! PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL!

Diante da magnitude da crise e da aceleração dos preparativos belicistas, conscientes das consequências que isso implica para nossa classe, torna-se urgente o chamado a uma Conferência Internacional para as correntes que ainda levantam a necessidade da ditadura do proletariado.

Fazemos este chamado com o propósito de abrir um debate no interior das correntes que se reivindicam trotskistas, já que o trotskismo é a única tradição marxista que mantém viva a perspectiva da revolução socialista. É necessário dar um passo no sentido de reagrupar parte da vanguarda atrás de um programa revolucionário e poder intervir na situação internacional. Nossa corrente aspira atuar nesse processo como uma tendência de uma direção revolucionária que impulse o desenvolvimento de uma nova geração que retome as tarefas históricas de construir o partido mundial da revolução, que nesta época é a reconstrução da IV Internacional. A construção deste partido torna-se imperiosa, num momento em que prevalecem as ideias de movimentos ou coalizões eleitorais, que depois se transformam em mediações podres e entram em crise por sua impotência para enfrentar o avanço de setores ultra reacionários. Isso foi visto, por exemplo, no Brasil onde o PSOL apoiou Lula, no Chile com o colapso da Frente Ampla de Boric e sua aliança com o PC e correntes afins, ou o NPA da França que fez uma campanha em comum com a “França Insubmissa” de Melenchon, para dar apenas alguns exemplos.

Desde a TRQI definimos que a situação internacional se encontra numa etapa caracterizada pela decomposição do imperialismo e pelos processos de assimilação dos ex-Estados operários. Assistimos a uma aceleração dos tempos, impulsionada pela política belicista do imperialismo, na necessidade de assimilar os ex-Estados operários e abrir novos mercados em meio a uma crise na organização do capital e suas instituições, como o Estado burguês, e da sua forma de dominação, com um bonapartismo decadente.

Em 20/01/25, Donald Trump assumiu seu segundo mandato,

rodeado pelo establishment financeiro e político mais concentrado do mundo e representantes políticos internacionais. O discurso que pronunciou no Capitólio levantou a ideia de recuperar a liderança perdida nos últimos anos e, com base numa política agressiva a nível econômico e no poderio militar, tem como objetivo recuperar a influência perdida – pela sua decadência – em diferentes regiões, especialmente diante da China, para tentar impor uma nova saída para a situação mundial.

Devemos discutir as tarefas dos revolucionários e a política para os setores organizados do proletariado diante da extensão no tempo da crise econômica mundial aberta em 2008. Os elementos belicistas estão se acentuando, como mostram a guerra Rússia-Ucrânia, que está desestabilizando grande parte da Europa; o genocídio na Palestina por parte do enclave de Israel, que está gerando uma crise aberta na região do Oriente Médio, como ficou demonstrado na queda de Al Assad na Síria; a guerra comercial entre EUA e China; a crise na África.

Temos de discutir qual papel deve desempenhar o proletariado dos ex-Estados operários, como o chinês, o russo e o ucraniano, para frear a guerra e derrotar a OTAN e os governos restauracionistas. Nestes Estados estamos assistindo a uma contradição histórica, na qual a burocracia contrarrevolucionária, que ainda não consegue se constituir como classe e continua buscando de forma infrutífera experimentos de acumulação, deve assumir tarefas burguesas da época imperialista, como restaurar o domínio do capital. Mas, ao mesmo tempo, o imperialismo não reconhece essa formação social como representante para essa tarefa histórica. A extensão no tempo desta anomalia é o que está levando a uma guerra, ainda encapsulada. No entanto, ao chegar a este ponto, já não seria como as outras guerras mundiais, que foram pela divisão do mercado na expansão do sistema capitalista, mas sim para assimilar os ex-Estados operários no momento de maior decadência e decomposição do imperialismo. Sustentamos que

estamos num cenário novo, não só porque já não existem as condições econômicas e políticas do período de guerra mundial, mas também porque não existem as mediações partidárias ou movimentos políticos com base operária que se desenvolveram naquele período. Por isso é difícil e até estéril buscar analogias históricas, como as que dizem que estamos num momento como o anterior a 1915 ou outros. O que devemos constatar é que o imperialismo em sua decadência pode levar os trabalhadores a enfrentamentos militares e acreditamos que a dinâmica mundial está dando indícios desses preparativos. Devemos enfrentar a guerra com a revolução, guiados pela teoria da revolução permanente.

Hoje presenciamos a crise das correntes que ainda reivindicam o legado de Mandel, Moreno, Ted Grant, Lambert e outros que não conseguem dar resposta aos processos abertos. Como se viram na necessidade de se desenvolver num período que já está desaparecendo, estão se tornando obsoletos para orientar a prática revolucionária atual. Em seu momento tiveram de responder a processos históricos muito contraditórios como a política contrarrevolucionária do stalinismo (desde a autoridade da Revolução Russa e da URSS), o surgimento dos Estados de bem-estar e toda uma série de políticas imperialistas para dar concessões a setores de massas em sua competição contra o sistema soviético, etc. Ao não se desenvolver a direção revolucionária, pelo fato de que a IV Internacional não

conseguiu superar o estágio germinal, terminaram desenvolvendo diferentes variantes de adaptações ao Estado e suas instituições, seja nos países imperialistas como semicoloniais. Em geral, terminaram separando economia de política e caíram em armadilhas de conciliação de classes, sustentando essa ideia como norte sem entender a dinâmica da revolução permanente, onde já não estão as tendências organizadas do passado, e onde se coloca o caráter da revolução, em chave mundial e não nacional. Agora, por essa adaptação, não conseguem dar resposta à queda do Estado de bem-estar na Europa, aos processos de assimilação dos ex-Estados operários, à decomposição imperialista e aos desafios da luta de classes. Ainda assim, nossa corrente continua viva como continuidade do marxismo revolucionário. Isso impõe recuperar o método que nos ensinaram os grandes revolucionários do passado, para completar a tarefa de desenvolver a luta pelo socialismo nas condições atuais. Precisamos de uma Internacional, que para nós é a IV Internacional, que ordene os debates e defina as tarefas em todas as seções nacionais, unificando a luta dos batalhões do proletariado que se destacam em todo o mundo.

Fazemos este chamado para que comecemos a abordar esta tarefa histórica, para resolver a crise da humanidade, que é a crise de direção revolucionária do proletariado.

